

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO

O Kakay, advogado criminal

A coragem de cumprir a Constituição

Todos os órgãos devem realizar suas competências

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem

GUIMARÃES ROSA

As instituições brasileiras têm se engajado nos últimos anos em um longo e virtuoso processo de republicanização do sistema de justiça criminal. É preciso, entretanto, fugir à tentação de tentar resolver o problema de “impunidade” generalizando para todos o direito penal da ilegalidade e do desrespeito aos direitos fundamentais.

Como destacou o professor Ademar Borges em sua tese de doutorado, os avanços no combate à corrupção só constituirão verdadeiras conquistas da nossa democracia se as investigações e os processos criminais estiverem estritamente submetidos à lei e à Constituição Federal.

Não vale, em nome de uma alegada efetivação do direito penal, combater o crime cometendo crime. Juiz não combate crime, juiz julga, de forma imparcial.

O Judiciário não é órgão de segurança pública. Cabe ao juiz o papel de julgar os casos criminais com imparcialidade e respeito à Constituição. Já ao Supremo Tribunal Fede-

ral (STF) incumbe principalmente identificar e corrigir as violações à Constituição praticadas pelo sistema de justiça criminal.

Nesse campo, há problemas novos que devem ser enfrentados pelo STF, ainda que para isso sofra algum desgaste midiático. Juiz não pode julgar com os olhos na opinião pública e ouvindo vozes das ruas, pois a única voz a ser ouvida é a da Constituição.

Atualmente, alguns órgãos administrativos têm se especializado na realização de investigações criminais, especialmente pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Esses órgãos não possuem atribuição legal para conduzir investigações criminais. E seus servidores não são dotados das prerrogativas de independência técnica e funcional necessárias para garantir que as investigações criminais sejam pautadas pela impessoalidade.

Todo o caminho da persecução criminal é regido pelo princípio da legalidade estrita. Essa é uma conquista civilizatória que garante a todo indivíduo que a sua liberdade só possa ser restringida por agentes públicos previa e legalmente investidos da competência de conduzir investigações e processos criminais.

É nesse contexto que deve ser entendida a decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que determinou a suspensão de investigações instauradas a partir do compartilhamento com o Ministério Público de informações — abarcadas pelo sigilo financeiro — obtidas por órgãos administrativos (Receita, Coaf e Bacen) sem autorização judicial.

Há casos em que tais órgãos não têm se limitado a identificar titulares das operações bancárias e dos montantes globais movimentados, mas têm obtido, sem autorização judicial, informações acobertadas por sigilo bancário que são posteriormente incorporadas às investigações criminais. Caso se aceite essa prática, esses órgãos se transformariam em departamentos de investigação criminal paralelos, mais poderosos que a polícia e o Ministério Público.

Todos os órgãos devem realizar suas competências administrativas típicas e comunicar o Ministério Público em caso de suspeita de crime.

Daí em diante, a investigação criminal é conduzida pela polícia e, às vezes, pelo Ministério Público. Se as suspeitas da prática delitiva forem sérias, pede-se ao juiz a quebra do sigilo bancário. Somente o juiz pode autorizar a quebra do sigilo bancário.

A maior eficácia do direito penal não pode ser obtida com violação à lei e tampouco com práticas de investigação forçadas de modo a frustrar o controle judicial das restrições de direitos fundamentais dos investigados.

Enquanto o STF não dá a palavra final sobre o tema, o risco de utilização de provas ilícitas para restringir a liberdade de ir e vir de investigados e réus justifica a paralisação daquelas investigações. Afinal, em direito penal, a dúvida socorre o réu, seja ele quem for. Simples assim.

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Em SP, mulher de Moro critica banalizar criação de institutos

Estratégia foi cogitada pelo procurador Deltan, segundo mensagens da Lava Jato

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Em encontro promovido por um shopping de luxo de São Paulo e pelo Lide —grupo fundado pelo hoje governador João Doria (PSDB)— nesta segunda-feira (22), a advogada Rosângela Moro criticou a criação de institutos que escondam fins eleitorais.

A mulher do ministro Sergio Moro (Justiça) falou a um grupo de mulheres no shopping Cidade Jardim, no Morumbi (zona sul), durante evento sobre o tema empreendedorismo social. Rosângela tem um escritório que atua na área e atende associações e fundações.

“A gente vê muito, acontece muito em época de período eleitoral, pipocam criações de institutos, olha, estou fazendo o bem, indo atrás de voto. Isso é uma das receitas fadadas ao insucesso da sustentabilidade da associação.”

A Folha mostrou em 14 de julho que o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, cogitou criar um instituto para centralizar atividades dele como palestrante. A sugestão aparece em mensagens obtidas pelo site The Intercept Brasil e analisadas em conjunto com o jornal.

O procurador comentou, em conversa com o colega Roberson Pozzobon, que esse formato jurídico poderia servir para evitar questionamentos legais e afastar a repercussão negativa do negócio que planejavam abrir.

“

O assistencialismo é uma palavra que a gente tem que deixar para trás, tá?”

Rosângela Moro durante encontro do grupo Lide em shopping de São Paulo

“Deu o nome de instituto, que dá uma ideia de conhecimento...”, escreveu Deltan, em referência a um evento organizado por uma entidade que se apresentava como um instituto.

Rosângela não mencionou o episódio envolvendo o procurador que atuou com Moro na Lava Jato. A advogada fez o comentário ao ser instada a citar erros cometidos por empresas ou pessoas que pensam em atuar em causas sociais.

Ela afirmou ainda que interessados no setor devem fugir de amadorismo, investir em governança corporativa e ter normas rígidas de compliance (conformidade), já que terão que obedecer à legislação e estarão sujeitas a controle externo.

“O assistencialismo é uma palavra que a gente tem que deixar para trás, tá? A política assistencialista, na minha visão, é uma política de sucesso se você tiver quanto menos pessoas dependendo dessa política”, opinou ela sobre o chamado terceiro setor.

O evento com Rosângela, só para convidados, reuniu cerca de 35 pessoas, a maioria mulheres, em um espaço do shopping chamado M.inq (de “Mundo Inquieto”).

Ela chegou e saiu acompanhada da empresária Lydia Sayeg, joalheira mais conhecida por sua aparição no reality show “Mulheres Ricas”, da Band, em 2012.

A advogada se recusou a atender a Folha no fim do evento. Os dois seguranças que a protegiam disseram que ela não queria dar entrevista. Segundo Lydia, a mulher de Moro precisava ir embora rápido para pegar um voo.

Rosângela, que se referiu ao compromisso como “uma agenda privada”, foi alvo de discreta tietagem e posou para fotos com algumas das participantes. Segundo um integrante da organização, ela desembarcou no Brasil nesta manhã, após viagem com o ministro durante a licença de cinco dias que ele tirou, encerrada na sexta-feira (19).

Também compuseram o painel a presidente do Lide Mulher (seção feminina do grupo), a empresária Nadir Moreno, e a advogada Anne Wilians, que preside o Instituto Nelson Wilians (braço social do escritório de advocacia homônimo), além da advogada Sandra Comodoro e da empresária Fabi Saad.

CONTINUA

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Pela manhã, Rosangela participou de outro evento promovido pelo Lide, o Fórum Saúde e Bem-Estar. Ela, que executa trabalhos em favor das Apaes (associações de apoio a pessoas com deficiência), deu palestra no seminário na condição de advogada especializada em doenças raras.

O Lide foi fundado por Doria —o tucano se desligou do comando do Grupo Doria, que detém o Lide, após vencer a eleição para prefeito da capital paulista em 2016. Ele passou o controle acionário aos filhos.

Em junho, o governador homenageou Moro com a principal honraria do estado de São Paulo, a Ordem do Ipiranga. Rosangela acompanhou o marido na solenidade, no Palácio dos Bandeirantes. O gesto foi interpretado como uma movimentação de Doria com vistas à eleição presidencial de 2022.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

COM LICENÇA,
SENHOR JUIZ

23 JUL 2019

Os pais de crianças menores de 16 anos que moram em São Paulo não precisam mais pedir à Justiça autorização expressa para que as crianças viagem desacompanhadas.

LICENÇA 2 A medida será publicada nesta terça (23) pelo Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP). A partir de agora, basta uma permissão por escrito dos próprios pais, com firma reconhecida, para que a criança embarque.

NA VOLTA Os pais precisam, no entanto, ficar atentos: se os filhos viajarem dentro de SP, poderão ir e voltar com o documento assinado por um deles. Mas, se forem para outro estado, será necessário verificar se o local aceita essa autorização para que os menores embarquem de volta.

DE NOVO Em caso negativo, será preciso recorrer à Justiça.

NAMESMA Viagens internacionais seguem com as mesmas regras, que desde 2011 dispensam a autorização de um juiz para o embarque de menores.

RODA GIGANTE O jantar que o ministro Luís Roberto Barroso ofereceu em Brasília, em 2016, e que teve Sergio Moro e Delтан Dallagnol entre os convidados, não teve nada de secreto — outras 23 pessoas compareceram ao evento.

BEM-VINDA O jantar não era para eles, e sim para a professora Susan Ackerman, da Universidade Yale, que visitava Brasília para um seminário no UniCeub sobre corrupção.

NA RODA “Fiz uma pequena recepção em torno dela em minha casa, para a qual foram convidados alguns professores e expositores do seminário”, diz Barroso. Entre eles estavam Moro e Dallagnol.

SEM ALARDE Na semana passada, diálogos do arquivo obtido pelo site The Intercept Brasil mostravam Barroso pedindo “máxima discrição” aos dois ao convidá-los para o jantar.

SEM ALARDE 2 “Era apenas algo privado e reservado aos participantes do seminário”, afirma Barroso. “Ninguém lá falou de Operação Lava Jato.”

LUZ Com a repercussão da publicação dos diálogos, o ministro decidiu esclarecer o assunto, publicando um texto também em seu blog.

ABAIXO Grupos nacionais e internacionais como o Conselho Nacional de Mulheres Encarceradas (EUA) e NiUnaMenos (Argentina) assinam carta pedindo a revogação das prisões de quatro líderes de movimentos sem-teto detidos em junho.

ASSINADO O documento será entregue ao Tribunal de Justiça de SP nesta terça (23). Segundo a Polícia Civil, os detidos são suspeitos de extorsão por cobrarem aluguel em ocupações. O inquérito é um desdobramento da investigação sobre a queda do edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018.

RUBRICA Com 212 assinaturas, a carta diz que nenhum dos presos tem relação com o edifício, que o inquérito se apoia na “fabricação de relações” e que as prisões configuram “mais uma violação de direitos humanos e garantias constitucionais” no país.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

o dobro ou nada

23 JUL 2019

O Supremo deve avaliar no segundo semestre, sob impacto das revelações de mensagens com bastidores da Lava Jato, não uma, mas duas ações que questionam a atuação do ex-juiz Sergio Moro. Além do habeas corpus sob análise da Segunda Turma em que o ex-presidente Lula alega a suspeição do hoje ministro de Jair Bolsonaro, há, nas mãos de Edson Fachin, integrante do STF, uma queixa-crime por abuso de autoridade impetrada pela defesa do petista. Este caso tramita em sigilo.

DE LÁ PARA CÁ A queixa-crime foi iniciada por Lula e seus filhos após a divulgação, em 2016, de uma série de interceptações telefônicas com conversas do petista e de seus familiares. A defesa, na ocasião, questionou a publicidade não só de diálogos de conteúdo privado, como também de gravações feitas fora do prazo.

CARAVANA PASSA 2 Depois, a convite do Instituto Max Planck, isolou-se em Heidelberg, na Alemanha, para palestras e pesquisas. Trabalha, neste momento, em um texto sobre a educação básica no Brasil. O intento é mobilizar o interesse da comunidade jurídica sobre o assunto.

TENTE OUTRA VEZ As alegações da defesa de Lula foram rejeitadas pelo TRF-4 e também por cortes superiores. O próprio Fachin já negou provimento aos pedidos do petista, mas em 17 de julho sua defesa apresentou novo recurso.

DESVIO DE ROTA Segundo o Painel apurou, há, entre os argumentos para uma reavaliação da ação, menção às conversas obtidas e divulgadas pelo The Intercept Brasil.

CARAVANA PASSA O ministro Luís Roberto Barroso usou o recesso do STF para fazer um giro de estudos e seminários internacionais. Participou do Congresso Mundial de Direito Constitucional da Sociedade Internacional de Direito Público, no Chile — é o primeiro latino-americano a ser convidado para o evento.

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça absolve jovem que mobilizou 'brigada' para provar sua inocência

Em 2017, rapaz ficou injustamente preso por 73 dias
e foi solto após reportagem da Folha

Rogério Pagnan

SÃO PAULO A "brigada de Ygor" venceu. A Justiça de São Paulo absolveu o ex-atendente do Burger King, Ygor Silva de Oliveira, 20, preso injustamente em maio de 2017 sob suspeita de participação em um roubo.

Brigada de Ygor é como ficou conhecido o grupo de amigos e parentes do rapaz que se formou para tentar provar sua inocência.

Foi graças à mobilização dessas 53 pessoas, revelada pela Folha, que a Justiça determinou, em junho de 2017, a soltura do jovem quando a prisão dele completava 73 dias e, agora, o absolve.

"Finalmente vencemos", diz Danielle Soares da Costa, uma das integrantes do grupo.

"É uma história de sucesso, de superação, de as pessoas acreditarem umas nas outras. Nós lutamos porque sabíamos da inocência dele, conhecíamos a essência dele, e porque nunca deixamos de acreditar na Justiça."

Em sua sentença, a juíza Cynthia Sabino Bezerra Camurri, da 8ª Vara Criminal da Barra Funda, disse que as provas eram muito frágeis.

Segundo ela, os policiais, ouvidos no processo, nada apresentaram que pudesse incri-

minar os réus. Só havia o reconhecimento feito pelas supostas vítimas, mas que também se mostrou falho após uma série de divergências entre elas.

"Dessa forma, inexistem provas seguras, produzidas sob o crivo do contraditório, a indicarem que os acusados teriam efetivamente praticado ou mesmo participado da ação delituosa descrita na inicial", diz a sentença.

Ygor foi preso em maio de 2017 sob suspeita de participar, na manhã do mesmo dia, do roubo de um caminhão de cerveja no bairro Pedreira, na zona sul da capital, na companhia de outros três rapazes.

A prisão ocorreu na casa de um colega, no mesmo bairro, quando investigadores foram ao local a partir de uma denúncia anônima.

Ygor, diz a família, havia acabado de chegar em casa e estava fritando nuggets para comer naquele momento.

A polícia não encontrou nada que ligasse o grupo ao roubo, ou qualquer outro tipo de crime. Ainda assim, Ygor e outros três rapazes que estavam na casa foram levados para a delegacia para averiguação.

De acordo com relatório da polícia, as duas vítimas (o motorista do caminhão e o ajudante dele) reconheceram na

delegacia os quatro rapazes como sendo os criminosos.

Na hora do suposto crime, por volta das 8h50, Ygor dormia na casa da namorada, segundo ela disse à Justiça.

Embora isolados e cheio de contradições, os depoimentos das vítimas foram considerados suficientes para que a polícia e a Promotoria pedissem a prisão do grupo.

Entre as principais divergências estava, por exemplo, o número exato de pessoas que teriam participado do roubo. Havia versões sobre quatro, três e dois criminosos, a depender da vítima e do momento em que a versão foi dada.

Na polícia, o motorista reconheceu Ygor como sendo o motorista de um Fiesta usado no crime. Já a outra vítima disse ter visto Ygor, mas que ele estava sentado no banco do passageiros.

Diante da juíza, dias depois, o motorista não mais reconheceu Ygor. Reconhecia apenas dois dos quatro suspeitos. Já seu ajudante manteve o reconhecimento do atendente, mas, dessa vez, como motorista e não mais o passageiro.

CONTINUA

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A maior divergência entre as versões se deu sobre a rua onde teria ocorrido o roubo. O motorista disse que ele aconteceu na estrada do Alvarenga, repetindo a versão dada antes. Já o ajudante, disse que o caminhão não foi abordado na Alvarenga, mas em uma via paralela — que não soube dizer o nome.

Em investigação própria, a “brigada” de Ygor havia conseguido imagens de câmeras de segurança e localizado testemunhas que garantiram em juízo não ter ocorrido crime naquele dia e horário.

A juíza viu que as brechas eram relevantes demais para serem ignoradas e determinou a soltura dos quatro.

Atualmente, Ygor mora com a mesma namorada que tinha à época, e tem um filho de 5 meses, Yuri.

“Foi um pesadelo. Não gosto nem de lembrar. O que eu gosto de pensar é que Deus viu que eu não estava envolvido com nada, Deus me tirou daquele lugar. E hoje eu posso viver livre, e com meu nome limpo. Estou levando a vida.”

23 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Disparidade salarial

Em alta, gasto com funcionalismo está acima de padrões internacionais; cumpre rever políticas de remuneração, a começar por recém-contratados

Com salários elevados desde os estágios iniciais das carreiras, estabilidade no emprego e privilégios previdenciários, dificilmente o setor público brasileiro poderia dar maiores incentivos à baixa produtividade de seu quadro de pessoal.

Não surpreende, pois, que o país, longe de apresentar resultados animadores em áreas cruciais como educação, saúde e segurança, assuma custos extraordinariamente altos com seu funcionalismo.

Conforme noticiou esta Folha, o pagamento de servidores ativos nas três esferas de governo, em tendência de expansão, consumiu 13,6% do Produto Interno Bruto no ano passado. Pouquíssimos países do mundo destinam fatia tão ampla de seus recursos a essa finalidade.

Entre as maiores economias do mundo, apenas a África do Sul, com 14,2% do PIB contabilizados em 2016, arca com gastos relativamente maiores. Entre emergentes se costuma desembolsar a metade dessa cifra ou menos.

A despesa nacional com o funcionalismo se aproxima, como se nota, à da Previdência — que inclui, aliás, os benefícios de funcionários públicos inativos e seus pensionistas. Não se pode imaginar um programa de ajuste orçamentário sem contemplar essas duas frentes.

Os gastos com aposentados se expandem em ritmo mais explosivo, o que justifica serem alvo de reforma mais imediata. Racionalizar o dispêndio com pessoal é tarefa ainda mais complexa, que envolve medidas de curto e longo prazos — e uma árdua batalha contra

corporações influentes.

Seria menos complicado se as distorções salariais estivessem concentradas, como pode parecer, em algumas poucas categorias com vencimentos próximos do teto de R\$ 39,2 mil mensais ou, graças a benefícios diversos, acima dele.

Os dados mostram, no entanto, que os salários médios dos servidores superam os dos demais trabalhadores, com folga, em todos os níveis de qualificação (fundamental, médio e superior).

É necessária, portanto, uma ampla revisão das políticas de remuneração, em âmbito federal, estadual e municipal. Uma providência básica, que já tarda, é reduzir os valores pagos aos recém-contratados, hoje não distantes o suficiente daqueles do topo da carreira.

Tanto quanto possível, deve-se buscar parâmetros na iniciativa privada para vencimentos e reajustes, consideradas funções e qualificações similares.

Cumpre rever o exagerado alcance da estabilidade no emprego, não para promover demissões em massa, uma vez que a quantidade de servidores do país não chega a ser excessiva, mas para facilitar eventuais substituições de profissionais ou correções localizadas.

A redução do custo relativo do funcionalismo deve se dar de modo gradual, à medida que os quadros de pessoal se renovem na União, nos estados e nos municípios. Mais importante, tudo indica que é possível fazê-lo sem comprometer a busca por melhor qualidade dos serviços públicos essenciais.

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Com 'penduricalhos', salários nos tribunais de contas extrapolam teto

O TC de Mato Grosso paga "vale-livro" anual que em janeiro chegou a R\$ 70,9 mil; teto previsto pela Constituição é de R\$ 39,2 mil

*STF deve julgar diversas ações
que questionam pagamentos em
tribunais de contas e de Justiça*

Breno Pires
Agência Estado

Brasília - Na contramão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o fim de "penduricalhos" como o auxílio-moradia, tribunais de contas estaduais mantêm uma série de pagamentos de benefícios que chegam a elevar os contracheques de conselheiros, auditores e procuradores que atuam nesses órgãos para além do teto previsto pela Constituição, de R\$ 39,2 mil. Com isso, eles conseguem ganhar mais do que um ministro do Supremo, o presidente da República, um deputado e um senador.

Levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo em tribunais de contas de todo o País encontrou exemplos de criação ou ratificação de benefícios, nos últimos anos, que elevam consideravelmente os salários. O Tribunal de Contas de Mato Grosso, por exemplo,

paga um "vale-livro" anual que em janeiro chegou a R\$ 70,9 mil. No Distrito Federal e Goiás, os tribunais incorporaram benefícios temporários aos salários.

Em junho de 2018, o Tribunal de Contas de Alagoas derrubou norma interna que proibia repasses acima do teto constitucional. Conselheiros, auditores e procuradores recebem todos os meses um extra nos salários por alguma tarefa que desempenhem na área administrativa. Antes, o que excedia o teto era cortado. Após a nova resolução, o desconto parou de ser aplicado e o valor da gratificação passou a ser pago integralmente.

O presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, Otavio Lessa de Geraldo Santos, nomeado em 2002 pelo seu irmão e governador Ronaldo Lessa, recebe R\$ 46.100,96, ultrapassando em R\$ 6,8 mil o teto. Os demais conselheiros recebem R\$ 44.327,85, incluindo a ex-presi-

dente Rosa Maria, irmã de um ex-presidente da Assembleia Legislativa. O único que não recebe acima do teto é Cícero Amelio da Silva, por ter sido afastado do tribunal após ser condenado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por falsidade ideológica e prevaricação.

A assessoria do tribunal afirmou que a Constituição "pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público".

De natureza política, a indicação de conselheiros de tribunais de contas é distribuída entre o Legislativo e o Executivo. Nos Estados, são quatro membros indicados pelas Assembleias Legislativas e três indicados pelo governador, com aprovação dos deputados, sendo uma indicação de livre escolha, outra de um auditor de carreira e a terceira de um promotor.

CONTINUA

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

SUPREMO

Levantamento do cientista político Audálio Machado, feito para o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, em 2017, mostrou que 126 de 186 conselheiros de tribunais de contas tinham origem política e vinham de cargos eletivos ou de direção e assessoramento nos governos estaduais. Outros nove foram nomeados pelas relações de família.

A questão dos “penduricalhos” deve voltar à pauta de debate do Supremo. A Corte deverá julgar diversas ações que questionam pagamentos em tribunais de contas e de Justiça. Existe precedente da Corte obrigar a devolução de verbas consideradas inconstitucionais. Em 2017, o Supremo obrigou representantes do Tribunal de Justiça do Acre a devolver adicional de 40% concedido por terem ensino de nível superior. O recebimento do bônus foi considerado um ato de má-fé.

As gorduras do funcionalismo

O noticiário mostra que os Tribunais de Contas dos Estados pagam penduricalhos, vantagens e outras esquisitices que elevam os rendimentos de seus membros acima dos R\$ 39,2 mil mensais, salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal e teto para os ganhos do funcionalismo brasileiro. Esse, infelizmente, é apenas um item da perversa distribuição de renda que penaliza toda a população, tanto com baixos salários quanto com desemprego e outros males e enseja que uma minoria - se comparada aos 207 milhões de habitantes - viva nababescamente. Lembremos que os favorecimentos levam salários e vantagens a níveis astronômicos, também são encontrados nos diferentes níveis do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os salários das carreiras públicas de ponta são atrativos e, por isso, o ingresso é disputadíssimo. Depois de admitidos, muitos desses servidores adquirem direito a férias superiores às regulamentares de 30 dias ao ano, auxílio moradia, auxílio educação para si e familiares, licença remunerada para frequentar pós-graduação e uma série de outras benesses que chegam a multiplicar seus rendimentos. E ainda desfrutam de regulamentos especiais onde

toda essa gordura não é classificada como rendimento, não sendo barrada pelo teto constitucional de salários e nem alcançada pela taxação tributária. Quando fica sabendo quanto ganha um desses senhores e senhoras que alcançaram o alto escalão e compara com seu salário, o trabalhador comum sente justificada depressão.

A corte de marajás brasileiros é coisa montada ao longo de muitas décadas. Benefi-

ciaram-se, preferencialmente, os servidores com representação mais forte e acesso aos detentores do poder. Os procuradores jurídicos, por exemplo, são poderosos tanto na União quanto nos estados e municípios. Uma das razões é serem eles os autores das sugestões de projetos - que acabam encampados pelos chefes do Executivo e aprovados no Legislativo - sobre as carreiras profissionais e, como diz o velho ditado, "quem parte e reparte, fica com a melhor parte". Em muitos estados e municípios, os procuradores adquirem direitos especiais como, por exemplo, continuar recebendo, mesmo depois de apo-

sentados - a sucumbência de processo onde atuaram em defesa do poder público. O correto, salvo melhor juízo, seria que, ao final dos processos, tais importâncias fossem recolhidas aos cofres públicos, que custearam as ações e não aos bolsos dos profissionais, que já receberam salários para executar seu trabalho.

Temos um amontoado de impropriedades que favorecem a casta privilegiada. É preciso uma ampla revisão que acabe com a sangria dos cofres públicos. Os salários dos ditos marajás já é alto assim têm de ser em função das responsabilidades do seu cargo.

Mas o erário jamais deveria pagar despesas de caráter particular. Em vez de investir nos privilegiados, o Estado tem o dever de socorrer aqueles que necessitam de ajuda humanitária. Nada mais.

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES - dirigente da Aspomil (Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo)

“

*A corte de marajás
é montada ao longo
de muitas décadas.*

*Beneficiaram-se
os servidores
com representação
mais forte*

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça aceita denúncia contra 18 por fraudes em licitações de uniformes

Rafael Machado

Reportagem Local

A juíza da Vara Criminal de Telêmaco Borba, Adrianna Correa dos Santos Artin, acatou a denúncia do Ministério Público contra 18 pessoas investigadas por associação criminosa, falsidade ideológica e fraude à licitação na Operação Cartas Marcadas, que desbaratou um grupo de empresários acusados de se juntar para cometer irregularidades em editais de vários municípios. Segundo as apurações, a organização atuava principalmente em certames de uniformes escolares.

Com a decisão, todos viram réus na ação e, desde a última sexta-feira (19), têm 10 dias para responder, caso queiram, a acusação. Segundo a magistrada, o MP apresentou "indícios mínimos de autoria e prova da materialidade, assim como expôs os fatos criminosos e todas as suas circunstâncias. Porém, nesse momento não acabo exame aprofundado da denúncia, o que deve ser reservado para as audiências de instrução", escreveu no despacho.

De acordo com o promotor Renato de Lima Castro, as cidades de Telêmaco Borba, Arapongas, Astorga, Califórnia, Imbaú, Centenário do Sul, Sertãoópolis e Ortigueira tiveram os contratos fraudados. Em Londrina, as incorreções foram notadas por servidores da Secretaria Municipal de Gestão Pública

na licitação dos uniformes escolares, que chegou a ser suspensa temporariamente para que os erros fossem comunicados ao Ministério Público. Atualmente, o prazo para abertura das propostas do edital de valor máximo de R\$ 12,7 milhões seria na última sexta, mas a data foi alterada.

Dos 18 réus, cinco empresários continuam presos preventivamente em Santa Catarina, onde a maioria das empresas investigadas está instalada. Todos são da mesma família: Angelo Versi Sequinel Filho, Angelo Versi Sequinel Neto, Bruna Stefanos Marques Sequinel, Elania Lilian Pereira Lima e André Luiz Marques. Eles teriam formado 11 instituições para participar das concorrências públicas.

A **FOLHA** ligou no escritório de advocacia em Curitiba que defende os envolvidos, mas ninguém atendeu.

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Combate ao Femicídio

A Câmara Municipal de Londrina se juntou a membros da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Delegacia da Mulher, Núcleo Maria da Pena da UEL (Universidade Estadual de Londrina) e do Tiro de Guerra durante as ações realizadas nessa segunda-feira (22) no Terminal Central para lembrar o Dia Estadual de Combate ao Femicídio. Cerca de 3 mil mulheres foram abordadas no terminal na blitz educativa educativa sobre violência doméstica e familiar. Representantes do governo estadual e da sociedade civil organizada também estiveram presentes. A iniciativa foi parte de uma mobilização realizada em vários municípios do Paraná para marcar a data, instituída pela lei estadual 19.873/2019.

MAZZA

De novo

Na pauta do governo estadual, legislativo e Judiciário a retomada da campanha, de tantos anos passados, pela criação de um Tribunal Regional Federal em Curitiba. Um argumento que breco a pretensão foi a de que o sistema em linha dispensava a criação e a própria Lava Jato, ora arguida como fator pela causa, mostrou a eficácia do status quo, em que pese o fato de constituir-se no maior acontecimento jurídico de expressão supra nacional com seus fortes desdobramentos no exterior.

Femicídio

Estudo do Ministério da Saúde com pesquisas da USP, UFMG e Universidade de Toronto, com base em 800 mil notificações de violência contra mulheres por serviços de saúde e 16,5 mil mortes de 2011 a 2016, concluiu que as brasileiras expostas têm risco de mortalidade equivalente a oito vezes o da população feminina em geral. Detalhe impressionante: denúncias de tentativa de feminicídio cresceram 300% apenas no primeiro semestre no país.

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Prisão 'especial' de Lula já custou R\$4,7 milhões

Petista condenado por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex, Lula está preso desde 7 de abril de 2018, sob condições especiais, numa sala que era o alojamento de policiais na sede da Polícia Federal, em Curitiba (PR). São 472 dias. A PF estima que o custo para manter o petista preso é de R\$10 mil por dia, ou seja, já foram R\$ 4,7 milhões até o momento. Até o fim do próximo mês o total gasto no petista condenado atinge a marca de R\$5 milhões.

Preso, mas nem tanto

O petista tem direito a banheiro com água quente e televisão numa sala de 15 m2. E ainda pode conceder "entrevistas" a veículos e jornalistas.

Ninguém aguenta

Em ofício ainda em abril de 2018 à Justiça Federal, a PF pediu a transferência de Lula a outro presídio em razão dos custos elevados.

Moral?

Para o Ministério Público Lula não pode ser enviado a outra prisão pois não há como garantir a "segurança física ou moral" do petista.

Custo 120x maior

O custo médio de um preso aos cofres públicos no Brasil é de R\$ 2,5 mil por mês. Lula custa ao contribuinte cerca de R\$ 300 mil por mês

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Rede tenta derrubar no STF decisão de Toffoli que beneficia Flávio

Gregory Prudenciano

São Paulo - A Rede Sustentabilidade recorreu nessa segunda-feira (22) da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que suspendeu investigações baseadas em dados bancários divulgados por órgãos de controle sem que tenha havido autorização judicial.

A decisão liminar de Toffoli suspendeu, entre outras, uma investigação sobre movimentações financeiras do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A investigação se deu a partir de relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

“Este é um recurso para garantir que o Coaf continue funcionando. A decisão do presidente Toffoli equipara o Brasil a paraísos fiscais, onde não há controle sobre a atividade financeira”, disse à reportagem o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado Federal. No recurso apresentado pela Rede, o partido argumenta que a decisão de Toffoli, tomada a partir de pedido do senador Flávio Bolsonaro, é “casuísta” e “viola diretamente o princípio da segurança jurídica”. Segundo Randolfe, o partido esperava que o relator do recurso fosse designado até o fim do dia, e lembrou que “não poderá ser o Toffoli”.

O senador da Rede disse que o partido está “dando a possibilidade para o STF revogar a decisão e já em agosto, depois do recesso, fazer com que o Coaf volte a funcionar”.

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Blitz alerta mulheres sobre violência doméstica

Cerca de 2,5 mil pessoas receberam informações sobre a Lei Maria da Penha

Simoni Saris

Reportagem Local

A violência doméstica contra a mulher não é apenas aquela que deixa marcas no corpo. Sentir ciúmes em excesso, xingar e impedir de estudar, trabalhar, ter amigos ou sair de casa são formas de violência que também devem ser denunciadas e o agressor pode ser enquadrado na Lei Maria da Penha. O alerta foi dado nesta segunda-feira pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres durante uma blitz educativa realizada no Terminal Central de Transporte Coletivo de Londrina. A data de 22 de julho foi instituída como Dia de Combate ao Feminicídio no Paraná por meio da lei 19.873/2019 e marca o dia da morte da advogada Tatiane Sptizner, ocorrida em 2018, em Guarapuava (Centro).

A blitz reuniu cerca de 60 pessoas, ligadas ao Númope (Núcleo Maria da Penha), Conselho da Mulher Advogada, CAM (Centro de Referência e Atendimento à Mulher), Conselho Municipal da Mulher, escritório regional da Sejuf (Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho), representantes do projeto Mãos Empenhadas, Câmara Municipal e Tiro de Guerra,

além da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

O principal objetivo da blitz é evitar casos como o da aposentada Ilaíde Azite Parreira, 65, que durante 14 anos foi vítima da violência doméstica praticada pelo marido. As agressões começaram depois de sete anos de casada, segundo ela, motivadas pela bebida. Ao ser abordada no Terminal Central, ela relatou o que viveu no casamento.

“Eu trabalhava e quando chegava em casa, meu marido me batia, quebrava minha boca. E não era só violência física. Eram palavrões também. Quando me separei, ele continuava me ameaçando. No meu trabalho, me mandava recados dizendo que iria me matar. Mandava recados pelos meus filhos. Eu não dormia. Tinha medo o tempo todo”, contou.

Mesmo tendo denunciado o marido aos órgãos competentes, disse Parreira, as ameaças persistiam. “Fui à Delegacia da Mulher, disseram que não era para ele chegar perto de mim, mas ele não respeitava. Estou viva hoje porque sou um milagre de Deus, mas foi um trauma muito grande na minha vida.”

A aposentada aprovou a iniciativa do município e acredita que só com muita informação e união as mulheres podem se livrar dos agressores. “Mulher nenhuma merece passar por isso. Aconteceu a primeira vez? Abandona ele e pega firme. É mentira se ele disser que vai mudar, que vai ser diferente. Nós, mulheres, temos que nos unir e ter muita fé em Deus também”, disse a aposentada.

MEDO E VERGONHA

Membro do Conselho Municipal da Mulher, Antônia Francisca de Araújo defende que os parentes, amigos e vizinhos devem interferir nos casos de violência. “Em briga de marido e mulher deve se meter a colher, sim. Eu mesma já ajudei a prender um agressor. Mesmo que você não conheça o casal, tem que estar ciente e investigar. Muitas mulheres não tomam a iniciativa de procurar ajuda e denunciar. Muitas têm medo, vergonha ou preconceito”, afirmou a conselheira.

“Temos fortalecido muito o nosso trabalho no sentido da prevenção para levar informação ao maior número de pessoas com relação à violência contra a mulher e dizer que a violência não é só a violência física.”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Existem cinco tipos de violência doméstica e familiar: a moral, a psicológica, a física, a sexual e a patrimonial", destacou a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Nádia Oliveira de Moura.

Informar sobre todos os tipos de violência é importante, segundo a secretária, porque muitas vezes as mulheres sofrem outras formas de agressão antes de chegar na agressão física.

23 JUL 2019

ONDE PROCURAR AJUDA

Aproximadamente 2,5 mil mulheres foram abordadas durante a blitz no terminal de transporte coletivo e receberam informações sobre a Lei Maria da Penha e os serviços disponíveis no município para atendimento e acolhimento às vítimas de violência doméstica.

O CAM, mantido pelo município, oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social. Em média, chegam ao centro 30 novos casos por mês e, de janeiro a abril, foram feitos cerca de 270 atendimentos mensais. O serviço é totalmente gratuito e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas. O telefone do CAM é o 3378-0132.

As vítimas também podem recorrer à Polícia Militar, pelo telefone 190; Central de Atendimento à Mulher, 180 e Patrulha Maria da Penha, pelo 153.

23 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Apucarana se mobiliza para combater feminicídio

Apucarana - A secretária da Mulher e dos Assuntos da Família de Apucarana (Centro-Norte) promoveu nesta segunda-feira, Dia Estadual de Enfrentamento ao Feminicídio, uma série de ações públicas para chamar a atenção da população ao grave problema das violências cometidas contra a mulher. O ato reuniu representantes da Delegacia da Mulher, das polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, da Mulher Advogada da OAB- Apucarana, integrantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, das Senhoras de Rotarianos, e ainda uma comitiva de mulheres de Cambira.

Vinte cruzeiros foram colocadas na praça, expressando o desejo das mulheres por paz, dignidade, respeito e outras palavras de ordem. Atrás das cruzeiros, histórias de feminicídios ocorridos na cidade. Além disso, foram distribuídos panfletos e adesivos para carros.

A secretária da Mulher, Denise Canesin, lembrou que o ato acontecia simultaneamente em outras cidades do Estado em que há organismos de políticas públicas para mulheres. "Precisamos nos unir e entender que pequenos atos de violência doméstica podem se transformar num ato de atrocidade que é o feminicídio." Ela lembrou ainda que Apucarana foi a segunda cidade do Estado a implantar o botão do pânico.

A delegada da Mulher, Sandra Nepomuceno, ratificou a crescente onda de violência contra as mulheres. "Só neste ano tivemos em Apucarana quatro tentativas de feminicídio, contra apenas uma no mesmo período do ano passado e, por isso mesmo, precisamos alertar as mulheres para que nos procurem e tenham amparo na situação que estão passando", disse. As informações são da prefeitura municipal.

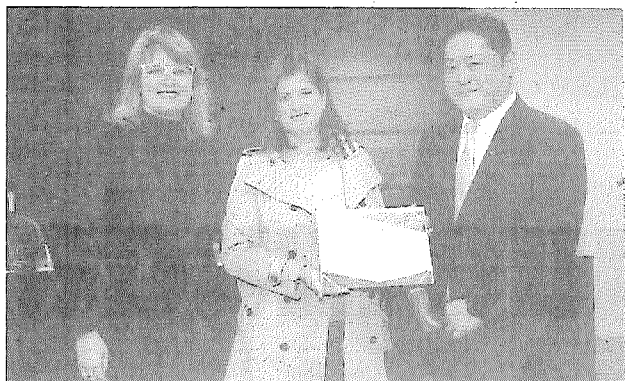
23 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BEBEL RITZMANN

AÇÕES LEGAIS

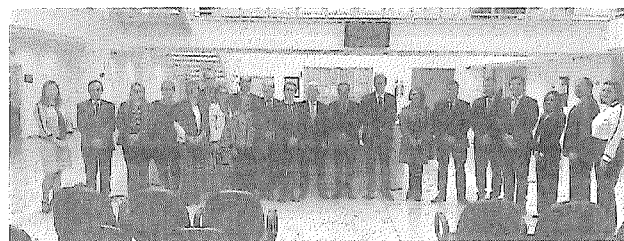
Advogada Aline Kfourri toma posse em comissão da OAB Paraná



Christyanne Regina Bortolotto, Aline Pereira Kfourri e Emerson Fukushima

A OAB Paraná empossou os membros da Comissão de Acompanhamento Legislativo, no dia 11 de julho, na sede da Seccional, em Curitiba. Presidida pelo advogado Emerson Fukushima, a comissão conta com a presença da advogada Aline Pereira Kfourri. A sessão solene foi conduzida pela secretária-geral adjunta da Seccional, Christyanne Regina Bortolotto. A comissão irá atuar no acompanhamento de projetos de lei e propostas de emenda constitucional de interesse da advocacia e da sociedade que tramitem na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional.

Inaugurada Central de Medidas Socialmente Úteis no Centro Judiciário de Curitiba



Autoridades presentes à solenidade de inauguração

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) inaugurou a Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU), que passará a funcionar no Centro Judiciário de Curitiba. A unidade será responsável pela gestão da política de alternativas penais do Judiciário sob o enfoque das práticas restaurativas e do acompanhamento em rede. A CEMSU funcionará como órgão de gestão das alternativas penais, oferecendo subsídio às unidades do Sistema de Justiça Criminal, acompanhamento e fiscalização da execução dos substitutivos penais, bem como elaborando pareceres técnicos que se façam necessários durante o processo.

Convênio amplia ações de inclusão de pessoas com deficiência

Por meio de convênio, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) vão trabalhar em conjunto para ampliar as ações de inclusão de pessoas com deficiência. O termo de cooperação técnica prevê que as duas instituições manterão intercâmbio das políticas e das iniciativas de aprimoramento da acessibilidade.

23 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Mais de Dallagnol e Moro

Novas mensagens trocadas em chats secretos revelam que Deltan Dallagnol, coordenador da operação Lava Jato, concordou com os procuradores do Ministério Público Federal de que havia evidências claras de que Flávio Bolsonaro mantinha um esquema de corrupção em seu gabinete na época em que era deputado estadual no Rio de Janeiro. As informações são do site The Intercept e foram divulgadas neste domingo, 21.

Intercept em operação

Essas mensagens mostram que o esquema, segundo o Intercept, era operado pelo assessor Fabrício Queiroz e que seria similar a outros escândalos nos quais os deputados estaduais eram acusados de empregar funcionários fantasmas e recolher parte do salário como contrapartida.

Aero Toffoli

O ministro Dias Toffoli fez ao menos 73 voos em aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) desde que assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2018. Em igual período no cargo, sua antecessora, Cármen Lúcia, viajou 30 vezes. Uma das últimas viagens dele em aeronave da FAB ocorreu em junho, para uma visita oficial de oito dias a Israel, a convite da Confederação Israelita do Brasil, Federação Israelita do Estado de São Paulo e Projeto Interchange, que promovem seminários para ministros do STF e do STJ.

23 JUL 2019

BEMPARANÁ

Justiça suspende redução em pedágios da Caminhos do PR

Concessionária obtém vitória em queda de braço com governo, que vai recorrer

Da Redação

A Justiça Federal suspendeu uma liminar que determinava a redução de 77,63% das tarifas de pedágio da concessionária Caminhos do Paraná. A decisão, divulgada ontem, foi tomada na sexta-feira, três dias depois da concessão da medida, no último dia 16, pelo juiz 4ª Vara Federal de Curitiba, Marcos Roberto Araújo dos Santos. O governo do Estado anunciou que vai recorrer.

A ação civil pública foi protocolada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) e pelo Estado, através intermédio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Na primeira decisão, que determinou a redução, o juiz Marcos Roberto Araújo dos Santos aceitou os argumentos de que, entre os anos de 1998 a 2005, a concessionária teria obtido lucros excessivos com o superfaturamento do custo de obras e manutenção das tarifas. A Caminhos do Paraná, assim como as demais concessionárias que operam no Paraná são investigadas na operação Integração, fase da Lava Jato que apura a existência



Franklin de Freitas

Pedágio: tarifas são alvo de guerra judicial no PR

de um esquema de pagamento de propina por parte das empresas a políticos e agentes públicos em troca do aumento das tarifas de pedágio e cancelamento de obras. No último dia 25 de janeiro, o ex-governador Beto Richa (PSDB) chegou a ser preso, acusado de comandar o esquema, mas foi solto poucos dias depois, por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Embargos - No caso da decisão da semana passada, a concessionária questionou a liminar através de embargos de declaração, levando o juiz a suspender a redução nas tarifas de pedágio até que os demais envolvidos se manifestem sobre os questionamentos da empresa. "(...) E diante da necessidade de que às demais partes se manifestem

sobre as questões apontadas, entendo por bem suspender, por ora, a liminar concedida, até que os embargos de declaração sejam devidamente apreciados", afirmou o magistrado.

A Caminhos do Paraná responde por um trecho de 405,8 quilômetros nas rodovias BR-277, entre Guapuva e São Luís do Puro, BR-373, na região do Trevo de Caetano, BR-476, entre a Lapa e Araucária, e na PR-427, entre Porto Amazonas e Lapa. Os valores das tarifas variam de R\$ 12,00 a R\$ 13,70.

Em nota, o governo do Estado informou que "manterá a posição de contestar os contratos e aditivos firmados no passado com concessionárias que atuam no Anel de Integração".

Vai e vem - Desde que

foi deflagrada a operação Integração, governo do Estado e Ministério Público Federal vêm travando uma "queda de braço" na Justiça em torno das tarifas do pedágio. Em 22 de abril último, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou a redução das tarifas cobradas nas praças de pedágio da Caminhos do Paraná em 25,77% e da Viapar em 19,02%, a pedido dos procuradores do MPF.

No último dia 1º, porém, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha derrubou a liminar, acatando as alegações das concessionárias, de que a redução nas tarifas representaria "grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas", e uma interferência "de maneira precipitada" nos contratos que poderia prejudicar a capacidade financeira das empresas.

Poucos dias antes, em 27 de junho, o juiz Rogério Cangussu Dantas Cachichi, da 1ª Vara da Justiça Federal em Jacarezinho (Norte Pioneiro), determinou, a pedido da Procuradoria-Geral do Estado, que a concessionária Econorte, que tem três praças na região, reduzisse suas tarifas em 25,77%.

23 JUL 2019

BEMPARANÁ

Bloqueio

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Toledo (região Oeste), decretou o bloqueio de bens do **ex-prefeito Beto Lunitti (PMDB)** e outros dez réus no valor de R\$ 3,2 milhões.

A liminar atende ação do Ministério Público estadual – a segunda em decorrência de investigações sobre irregularidades na construção do Hospital Regional de Toledo, que teve início em 2012, mas até o momento não foi concluída.



Sem vistoria

O MP aponta que o ex-prefeito, em conjunto com a então secretária de Saúde, o fiscal da obra, membros da Comissão Municipal de Urbanismo e da empresa construtora, além do sócio-administrador do empreendimento, atuaram para que fosse concedido o "Habite-se" e o "Termo de Recebimento Definitivo de Obra" sem a realização das vistorias. De acordo com a investigação, a construtora sequer havia concluído a obra. As ilegalidades teriam sido praticadas para permitir o pagamento de valor correspondente a R\$ 887 mil à empresa. O dano aos cofres públicos com o abandono da obra é estimado em, no mínimo, R\$ 1,6 milhões, diz a promotoria.

23 JUL 2019

BEMPARANÁ

Rede recorre contra decisão de Toffoli de parar investigações

Partido acusa presidente do STF de “casuísmo” para beneficiar Flávio Bolsonaro

A Rede Sustentabilidade entrou ontem com recurso contra a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que suspendeu investigações baseadas em dados bancários divulgados por órgãos de controle sem que tenha havido autorização judicial. A decisão atendeu pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL), e alvo de uma investigação sobre movimentações financeiras suspeitas, aberta a partir de dados relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

“Este é um recurso para garantir que o Coaf continue funcionando. A decisão do presidente Toffoli equipara o Brasil a paraísos fiscais, onde não há controle sobre a atividade financeira”, explicou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado. No recurso, a Rede alega que a decisão do presidente do STF é “casuista” e “viola direta-

Marcos Oliveira/Agência Senado



Randolfe (Rede): “Coaf não ameaça cidadão”

te o princípio da segurança jurídica”. Segundo Randolfe, o partido espera que o relator do recurso seja designado até o fim do dia, e lembrou que “não poderá ser o Toffoli”.

O senador da Rede disse que o partido está “dando a possibilidade para o STF revogar a decisão e já em agosto, depois do recesso, fazer com que o Coaf volte a funcionar”. Randolfe disse “discordar radicalmente” da justificativa de Toffoli para ter toma-

do a decisão, de que estaria protegendo os cidadãos. “O Coaf não representa nenhum tipo de ameaça ao cidadão, quem está sendo protegido são as organizações criminosas, os esquemas de corrupção e o tráfico de drogas”, argumentou o parlamentar.

Defesa - O presidente Jair Bolsonaro voltou ontem a defender a decisão do STF que beneficiou seu filho Flávio Bolsonaro. Segundo ele, uma a uma as acusações contra o filho

“Este é um recurso para garantir que o Coaf continue funcionando. A decisão do presidente Toffoli equipara o Brasil a paraísos fiscais, onde não há controle sobre a atividade financeira”

Do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

já foram resolvidas. E destacou que “está sobrando apenas ouvir o Queiroz. Mais nada”.

No caso dos vários depósitos de R\$ 2 mil reais que supostamente seriam uma forma de fugir do Coaf, o presidente defendeu: “Esse depósito feito por envelope o limite é de R\$ 2 mil. Não sei quantos, talvez alguns milhões de depósito são feitos por semana nesse sentido”, disse. No caso da compra de 19 imóveis vendidos tempos depois, o presidente apontou que o valor estimado não era verdadeiro.

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão de

Toffoli afeta

projeto

antilavagem

23 JUL 2019

● **'Investigação'**
“(A decisão de Toffoli) atinge frontalmente, tanto a atividade do laboratório como as atividades de investigação.”

Mylene Comploier

COORDENADORA DO ENCCLA NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

Para promotora, veto de ministro coloca em risco laboratório de análise de dados

Amanda Pupo | BRASÍLIA

Além de suspender investigações em todo o País, a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de proibir o compartilhamento de informações de órgãos de controle sem aval de Justiça coloca em risco um projeto do Ministério da Justiça que existe desde 2007. O Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) tem como uma das suas principais funções analisar dados bancários em busca de indícios de irregularidades.

A iniciativa surgiu de uma proposta da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), maior fórum de órgãos públicos e empresas na prevenção e repressão aos crimes de colarinho branco no País, e reúne 43 laboratórios espalhados pelo País. Para a promotora Mylene Comploier, coordenadora da iniciativa no Ministério Público de São Paulo, no entanto, o trabalho agora será prejudicado.

A equipe de Comploier é responsável por fazer uma análise prévia dos relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para só então remetê-los aos promotores de Justiça, que podem iniciar uma investigação com os dados. Isso tudo sem passar pela

análise prévia de um juiz. “(A decisão de Toffoli) atinge frontalmente, tanto a atividade do laboratório como as atividades de investigação”, afirmou a promotora ao **Estado**.

Um dos laboratórios mais antigos no Brasil, na ativa desde 2009, a unidade de São Paulo recebeu mais de 2 mil relatórios do Coaf – enviados por iniciativa própria do órgão – desde que foi criado. A necessidade de autorização judicial para que os promotores passem a usar as informações é um contrassenso, na visão de Comploier.

“É colocar um degrau a mais na investigação. Não é que se quer fugir do Judiciário, mas no mundo inteiro funciona dessa forma”, afirmou a promotora. “Se você demora a tomar uma medida para investigar, pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso.”

Ela rejeita a ideia de que os relatórios representam uma devassana vida do cidadão. “São operações pontuais, apenas um pontapé inicial”, afirmou Comploier.

Na semana passada, ao atender a um pedido do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), o presidente do Supremo suspendeu provisoriamente todos os processos no País em que houve compartilhamento de dados fiscais e bancários com investigadores sem autorização judicial. Para Toffoli, o repasse

de informações detalhadas de órgãos como o Coaf, a Receita e o Banco Central precisa da supervisão de um magistrado.

Na decisão, o ministro disse que o Ministério Público “vem promovendo procedimentos de investigação criminal (PIC) sem supervisão judicial”, o que ele chamou de “temerário” do ponto de vista das garantias institucionais.

Detalhamento. Coordenador do laboratório do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o promotor Rafael Calhau Bastos admite o impacto no trabalho, mas diz não ser possível saber o quanto vai afetar o projeto. “Ficou uma dúvida. A gente está acostumado a receber relatório (do Coaf) de uma forma, e não sabemos se terá alteração”, disse Bastos.

A dúvida de Bastos existe porque Toffoli definiu que a suspensão valeria apenas para o compartilhamento de dados detalhados. Para o promotor, saber a extensão é importante para que o MP trabalhe apenas com provas que não corram o risco de serem anuladas no futuro.

A coordenadora do laboratório em São Paulo, no entanto, entende que não há como o relatório enviado pelo Coaf não ser específico, já que o documento normalmente detalha dados de uma operação financeira.

CONTINUA

23 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O responsável pelo projeto no Ministério Público de Santa Catarina, Márcio Conti Júnior, afirmou que o envio de relatórios do Coaf sem a chancela prévia da Justiça foi suspenso após a decisão de Toffoli, na semana passada.

Os laboratórios também fazem a análise de dados que já passaram pelo crivo do Judiciário. Essa parte não será afetada.

Questionado, o Ministério da Justiça não se manifestou. Integrantes da cúpula da pasta, ouvidos reservadamente, admitem que o projeto terá seu trabalho afetado. A avaliação é de que as análises poderão continuar a serem feitas, mas, quando houver dados do Coaf, as investigações demorarão mais por ter de passar por um “filtro” judicial.

Procurada, a presidência do Supremo não se manifestou até a conclusão desta edição sobre as implicações de sua decisão no projeto. /COLABOROU BRENO

PIRES

METRO 23 JUL 2019

STF é acionado de novo no caso dos navios do Irã

Porto. Navios iranianos estão parados há 45 dias por falta do combustível da Petrobras

A exportadora Eleva Química, que contratou os dois navios iranianos Bavand e Termeh, requereu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) que a corte intime a Petrobras a apresentar uma lista de fornecedores nacionais do IFO 380. O combustível é necessário para que as embarcações retornem ao Irã.

A estatal petroleira e a exportadora divergem sobre se há, ou não, outra vendedora nacional do combustível. A Petrobras citou no processo que tramita no STF que a Refinaria de Petróleo Riograndense, de Uruguaiana-RS, poderia fornecer o combustível, mas segundo a Eleva o produto só poderia ser entregue no final de agosto.

O impasse já ocorre há 45 dias. Em 8 de junho, o Bavand chegou a Paranaguá e foi informado que não seria abastecido. O navio tem 48 mil toneladas de milho. Já o Termeh chegou no dia seguinte e ainda seria carregado com o produto. Há 50 tripulantes nos dois navios e eles estão recebendo seus mantimentos através de embarcações menores. Se desembarcarem, terão que passar pela imigração brasileira. A viagem de volta ao Irã leva 35 dias.

A Petrobras alega que os dois navios iranianos estão listados na SDN (Specially Designated Nationals and Blocked Persons List), da OFAC (Office of Foreign Assets Control), do governo norte-americano. Com isso, se vendesse o IFO 380 a estatal brasileira poderia sofrer sanções internacionais, inclusive podendo ela mesma entrar na lista. Ficaria assim impedida de atuar no sistema financeiro internacional em dólar.

Os navios pertencem à IRISL (Islamic Republic of Iran Shipping Lines), uma estatal iraniana, mas a Eleva Química argumenta que a venda seria feita para ela próprio, empresa brasileira. Além disso, como a carga é de milho, a Petrobras não estaria sujeita às punições norte-americanas, visto que a legislação daquele país impede sanções pelo transporte de comida ou de remédios, considerados humanitários.

Decisão esperada

Em 10 de julho, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli reverteu uma decisão do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), que determinava o abastecimento. Em sua manifestação da semana passada, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge deu razão à Petrobras, aceitando a tese de que a empresa poderia ser punida. O caso está em segredo de Justiça e uma nova decisão é esperada para breve. O STF volta de recesso só em agosto.

23 JUL 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Casa de Alice e OAB fazem ato contra o feminicídio

Em 22 de julho de 2018, o corpo da advogada Tatiane Spitzner foi encontrado depois de cair do 4º andar do apartamento em que morava com o marido, em Guarapuava. Momentos antes, Tatiane havia sofrido diversas agressões do companheiro. A partir de 2019, a data foi inserida no calendário oficial do Governo do Estado do Paraná como o “Dia de Combate ao Feminicídio”, com o objetivo de se debater sobre a violência contra as mulheres.



Ato contou com a distribuição de materiais informativos sobre o tema

Em São José dos Pinhais, a Casa de Alice, espaço que abriga mulheres em situação de violência doméstica, realizou uma ação em frente ao Museu Atílio Rocco, no Centro. A ação recebeu o apoio da OAB – SJP, e contou com a distribuição de materiais informativos, a fim de promover a conscientização acerca do combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio. ■

METRO

Feminicídio. Dia de lembrança e combate

A data de um ano da morte da advogada Tatiane Spitzner, ontem, foi marcada pela mobilização em 27 municípios do estado, com ações simultâneas contra o crime e, também, contra a violência de gênero – o caso motivou a criação de uma lei que instituiu o 22/07 como Dia Estadual de Combate ao Feminicídio.

Guarapuava, cidade de Tatiane, teve a maior programação durante o dia, com

exposição, palestra, mesa-redonda, panfletagem e divulgação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Em um calçadão no centro do município, 82 cruces foram colocadas representando todas as mulheres mortas no Paraná entre maio de 2018 e maio de 2019.

O MP-PR acusa o marido de assassinar Tatiane e jogá-la do 4º andar – a defesa de Luís Felipe Manvailer alega que ela se suicidou. © METRO CURITIBA

23 JUL 2019

METRO

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça tira filho de mãe que mora em comunidade

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu tirar de uma mãe a guarda do filho com o argumento de que, para a criança, "é mais seguro residir fora do município do Rio de Janeiro" e não na comunidade de Mangueiros, onde mora com ela. O juiz também apontou que "o menino necessita de um exemplo paterno, por ser criança do sexo masculino". O Ministério Público afirmou que vai recorrer. A decisão de entregar a guarda ao pai, que mora Joinville, em Santa Catarina, foi criticada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que classificou a sentença como "esdrúxula" e informou que pedirá esclarecimentos. © BAND

Prisão especial

O fim da prisão especial para quem tem diploma de ensino superior é o objetivo de projeto que está sendo analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PL 3945/2019, que altera o Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689, de 1941), terá decisão terminativa na comissão, ou seja, caso seja aprovado, o texto pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recuso para a análise em Plenário. Atualmente, a lei prevê a prisão especial, em local separado dos presos comuns, em caso de prisão antes da condenação definitiva.

Pacote anticrime

Na volta do recesso do Parlamento, Rodrigo Maia vai colocar para andar o pacote anticrime de Sergio Moro. A ideia é fazer o mesmo com as propostas do ministro do Supremo Alexandre de Moraes para a área da segurança. Pontos dos dois projetos serão votados para beneficiar os dois lados do debate no Executivo e no Judiciário.